

## O Património perto de si

A publicação de uma página, semana a semana, no *Açoriano Oriental* sobre a temática do património, representa para a Direção Regional da Cultura a materialização de uma das suas missões, a de proporcionar o conhecimento (um melhor conhecimento), e, por con-

sequência, a valorização do Património Cultural Açoriano.

Sabemos quanto é importante conhecer o património para que possamos entendê-lo, estimá-lo e preservá-lo. O povo diz sabiamente que ninguém ama o que não conhece. Este é, portanto, o objetivo principal da publicação desta página que, sob a coordenação da CRESAÇOR e numa parceria com este jornal, assegurará ao leitor instrumentos adequados para que se alcance uma maior proximidade informativa, pedagógica e afetiva em re-

lação a estes inestimáveis bens que constituem o nosso Património Cultural.

Ao longo de um ano, semanalmente, aos domingos, os leitores encontrarão nesta página informação referente às várias expressões patrimoniais (património móvel ou construído, património imóvel e património imaterial), com especial incidência na ilha de São Miguel.

Mais especificamente, nestas 52 edições, terá lugar privilegiado a divulgação dos mais significativos exemplares arquitetónicos da ilha (p.e. as igrejas matrizes

de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, o Solar da Mafoma, o Forte de São Brás), dos mais conhecidos tesouros que os museus e os arquivos guardam (p.e. o livro das *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, a edição de *Os Lusíadas*, a pintura “Os Emigrantes” de Domingos Rebelo, o Arcano da Ribeira Grande) e também das principais expressões no domínio do património imaterial e intangível (p.e. os Romeiros e o Espírito Santo). ♦

JORGE A. PAULUS BRUNO  
DIRETOR REGIONAL DA CULTURA



Igreja de Nossa Senhora da Conceição, hoje Paroquial de São José, cuja atual feição data do século XVIII. Integrava o antigo convento franciscano com o mesmo nome, cedido à Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada em meados do século XIX e então adaptado a hospital.



Quadro “Os Emigrantes”, do pintor açoriano Domingos Rebelo (1891-1975), óleo s/tela, datado de 1926, que integra as coleções do Museu Carlos Machado de Ponta Delgada.

## O que é o património cultural?

O Património Cultural é composto pelos bens que testemunham o valor cultural de uma comunidade. Na história da Humanidade, esta relevância do bem cultural sempre existiu (recordemos os objetos que os egípcios levavam para os espaços de enterramento), mas a desestruturação europeia provocada pela Revolução Francesa gerou um primeiro movimento em defesa do Património, que assumiria protagonismo na esfera pública. Já no século XX, precisamente a partir da década de 1950, a sensibilização para com o valor dos bens culturais tornou-se mais vincada, muito em parte devido à destruição do Património provocada pela Segunda Grande Guerra.

A partir de então, o conceito de Património alarga-se, abrangendo já não apenas os bens notáveis, mas igualmente os que têm significado especial para um determinado grupo; e diversifica-se, considerando-se pertinentes as diversas áreas que a legislação internacional, nacional e regional habitualmente aponta. Assim, temos Património Cultural de âmbito histórico, arqueológico, científico, social, industrial, paleontológico, arquitetónico, etnográfico, linguístico, artístico...

Na classificação tipológica do Património, há a referir duas categorias:

- o Património Cultural Material que, por sua vez, subdivide-se em Imóvel (igrejas, ermidas, solares, fortes, casas, moinhos, calçadas, fontanários...) e Móvel (esculturas, pinturas, relicários, manuscritos, máquinas, ferramentas de trabalho, artesanato, objetos de uso quotidiano, elementos de adorno...)

- o Património Cultural Imaterial, cuja distinção é mais recente, e que abarca as tradições, as expressões orais, as manifestações artísticas, as práticas sociais, rituais e festivas, as metodologias e as técnicas artesanais tradicionais...

Ao contrário do que muitas vezes supomos, o Património Cultural não respeita o passado, mas sim o presente. Com efeito, o processo de identificação, valorização, classificação, defesa e divulgação do Património tem a ver com o olhar com que nós, hoje, olhamos o passado. Muitas vezes, os vestígios desse passado sempre estiveram lá, mas nós nunca o considerámos como Património. Assim sucedeu quando a Paisagem Vinícola da Ilha do Pico foi valorizada pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade ou, mais recentemente, com o reconhecimento do Fado como Património Cultural Imaterial. Em ambos os casos, falamos de um Património secular, mas que só em 2004 e 2011, respetivamente, mereceram um destaque no campo patrimonial.

A par deste protagonismo do passado a partir do presente, há os casos em que apenas nos responsabilizamos pela revitalização das Memórias quando estas estão ameaçadas. Assim sucedeu com o processo de classificação patrimonial da cidade de Angra do Heroísmo, estratégia de salvaguarda de uma visão arquitetónica que estava em perigo depois da destruição provocada pelo terramoto de 1980. O mesmo cuidado observamos em relação a várias línguas que estão em risco de desaparecer, principalmente devido à exiguidade nu-

mérica dos seus falantes ou em resultado das atuais guerras étnicas, o que tem suscitado múltiplos processos de proteção.

Todos estes movimentos que visam a salvaguarda do Património, sejam ou não de carácter institucional, chamam a atenção para a dinâmica do Património. Com efeito, o Património viaja no tempo e não é estático. Assim, consideramos que compreender o Património implica não só conhecer a sua história (no período da sua criação e utilização), mas perceber a forma como esse Património chegou até nós e como as várias gerações lidaram com ele. Vejamos o caso dos fontanários, estruturas de vital relevância no quotidiano dos nossos antepassados. Através deles, percebemos a relação que a comunidade tinha com o elemento vital (a água), a sua pertinência no quotidiano público e privado (energia hidráulica, utilização na agricultura, na pecuária, na alimentação, na higiene), os protagonistas emergentes (recorde-se o caso do Conde da Fonte Bela), a engenharia utilizada para a domesticação dos caudais da água (das ribeiras até aos fontanários) e as técnicas e os agentes responsáveis pela construção dos próprios fontanários (qual o material utilizado, quem os construiu, quem exercia a tutela sobre eles, onde se localizavam e porquê, quem os decorava com os azulejos e quadras que ainda subsistem). Todavia, na maioria dos casos, estes fontanários apresentam, nos nossos dias, elevado estado de degradação. Deixaram de ter uma função utilitária e não conseguiram ganhar uma funcionalidade simbólica como recursos de me-

mória de um tempo passado. Em suma, não alcançaram estatuto patrimonial.

Todavia, o exemplo agora descrito levanta-nos uma interrogação: seremos obrigados a patrimonializar tudo? Não teremos direito ao esquecimento? Quando classificamos um determinado Bem, pretendemos conservá-lo intacto, incólume às agruras do tempo, mas na realidade estamos a agir contra a natureza, que exige a morte para que haja novas vidas! E quem tem autoridade para determinar o que vive (e, portanto, se patrimonializa) e o que morre (e, portanto, se extingue)? Seremos todos nós, como sociedade atual e atuante? Ficaremos dependentes dos pareceres das elites culturais e técnicas ou das pressões economicistas? Estas são questões fraturantes! Qualquer decisão e consequente ação deve ser tomada de forma consciente. Assim, caros leitores, desejo que o conjunto de artigos que agora se inicia nos aproxime efetivamente do Património, para que todos juntos sejamos capazes de tomar as melhores decisões, sejam elas em prol da vida ou da morte do Património. ♦

SUSANA GOULART COSTA  
UNIVERSIDADES DOS AÇORES  
susanacosta@uac.pt

PROMOTOR



Governo dos Açores  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Direção Regional da Cultura